



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4514147/2017-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.016245/2017-61

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de sistema de visualização espectral LEEDS LSV2 para laboratório da Área de Perícias em Genética Forense- APGEF, da Polícia Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	<b>Sistema de visualização espectral LEEDS LSV2</b>	<p>SISTEMA PARA VISUALIZAÇÃO ESPECTRAL, CÂMERA DIGITAL COLORIDA COM RESOLUÇÃO DE 2.8 Mb, ILUMINAÇÃO COM LED COM 2 SPOTS, SUPORTE PARA TETO, SOFTWARE PARA AQUISIÇÃO DE IMAGENS, MEDIDAS INTERATIVAS, COMPUTADOR E MONITOR, PARA IDENTIFICAÇÃO DE MANCHAS LATENTES (FLUIDOS BIOLÓGICOS COMO SANGUE, SEMEN, SALIVA E SUOR) EM DIVERSOS TIPOS DE VESTÍGIOS SUPORTES.</p> <p>Sistema LSV2 incluindo uma câmera colorida de resolução de imagem de 2,8MP, taxa máxima de 40fps em resolução máxima, fonte luminosa variável, programa computacional de comando LSV Software versão 4.0, computador, monitor de 24 polegadas e posto de trabalho. A fonte de luz variável é constituída por um par de luzes LED de alta energia controladas pelo computador controlador, com emissões de luz nos comprimentos de onda 365 nm, 400 nm, 455 nm, 528 nm, 590 nm, 850 nm e 400 nm - 700 nm. Sistema de troca de filtros óticos totalmente motorizado com filtros de barreira nas 5 posições intercambiáveis do cassete, equipado com filtros de luz a 550 nm, 570 nm, 610 nm e 830 nm, além de um filtro (400 nm) para observação de campo claro. Os filtros de 550nm e 570nm têm um revestimento exclusivo para melhorar o contraste e melhorar o realce das possíveis manchas nas evidências enquanto também reduz o ruído de fundo. Filtro de infravermelho (IR) de alta performance em parafocalidade entre imagens sob luz visíveis e sob luz IR. O sistema também inclui zoom, foco e abertura motorizados e apresenta capacidade de captura de imagem em um campo de vista tão</p>	01 (UM)



	<p>pequena quanto ~ 1,0 polegadas até mais de 25,5 polegadas. O aparelho é montado de maneira a permitir total liberdade de movimentos, como giro, inclinação, aproximação e afastamento. O sistema dispõe de uma tela "touch-screen de 7 polegadas montado diretamente no aparelho. O programa computacional incluso apresenta a função de auto-exposição adaptativa e controle da câmera, junto com ferramentas para o usuário incluir na imagem a medição, e anotações sobre o vestígio, melhorando a cadeia de custódia e a documentação dos itens examinados pelo laboratório. Inclui base para montagem no teto e permitir maiores possibilidades de documentação de vestígios de grandes dimensões.</p> <p>Incluso instalação do equipamento no Laboratório da Área de Perícias em Genética Forense, localizado em Brasília/DF, além de treinamento para os analistas do setor para a operação do equipamento. O aceite final está condicionado à execução de testes após o equipamento instalado garantindo o funcionamento conforme especificado.</p>	
--	--	--

1.2. A garantia do item deverá ser no mínimo 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia do fabricante ou fornecedor, caso seja maior que o período de 12 meses. O equipamento deve ter descrição, manual de instrução, marca e demais referências que bem indiquem o item cotado. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Materiais-ARMAT, para realização de troca.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Da necessidade das aquisições

2.1.1. Com o crescimento da rotina de casos de competência do Departamento de Polícia Federal, principalmente a partir da criação do Banco Federal de Perfis Genéticos (Portaria nº. 079/2011-DITEC/DPF, de 28 de setembro de 2011, publicado no Boletim de Serviço nº. 194, de 07 de outubro de 2011) e sua operacionalização a partir da Lei 12654/2012 e do Decreto 7950/2013 (Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos), houve um aumento e diversificação dos tipos de vestígios recebidos e dos tipos de fluidos biológicos. Muitas vezes, dada a cor e o tipo de material do suporte, a presença de fluidos biológicos como sangue, sêmen, saliva, suor e secreções corpóreas supostamente presentes, tornam-se de difícil visualização e identificação. O sistema proposto permite uma identificação mais segura da presença desses fluidos, diminuindo gastos com reagentes de genotipagem de custo elevado, além de diminuir a manipulação humana excessiva e por consequência, os riscos de contaminações do material questionado.

2.1.2. O Laboratório de Genética Forense da APGEF possui, desde 2014, a Acreditação na norma ISO 17025. Esta norma, além do que já é regulamentado pelo Código de Processo Penal, exige requisitos adicionais de cadeia de custódia, caracterização e documentação das evidências, o que hoje é feito de maneira não automatizada pelos peritos do laboratório. O equipamento também vem ao encontro com essa necessidade, por permitir um registro por imagens mais eficiente (não apenas para as manchas latentes, uma vez que também realiza registros sob luz visível).

### 2.2. Da escolha do fornecedor



2.2.1. O equipamento “Leeds LSV2” é altamente específico e desenvolvido exclusivamente para uso forense. O fabricante “Leeds Forensics” é uma empresa norte-americana especializada na produção de instrumentos óticos para uso forense, representada no Brasil com exclusividade pela empresa “Carl Zeiss do Brasil”, outra empresa especializada em equipamentos óticos.

2.2.2. Após pesquisa de mercado, não foi encontrado no mercado internacional e nacional, outra empresa que comercialize equipamento semelhante que atenda as exigências técnicas requeridas para uso forense. equipamento “Leeds LSV2” é altamente específico e desenvolvido exclusivamente para uso forense, de modo que não existe, dentro do nosso conhecimento, equipamento semelhante disponível no mercado internacional.

### **3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da publicação do Contrato no Diário Oficial da União, em remessa única, no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h a 11h ou 14h a 17h. A empresa será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico.

3.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias corridos, mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal, no ato da entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, mesmo que as condições em desacordo sejam percebidas após o recebimento definitivo. Os bens rejeitados devem ser substituídos no prazo de 12 (cento e vinte) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.3.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a CONTRATADA, por escrito, no máximo em 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

3.3.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela, CONTRATADA, da notificação de reprovação.

3.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (vinte) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou atesto da Nota Fiscal.

3.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos.

3.6. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

3.7. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

### **4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. São obrigações da Contratante:



- 4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;
- 4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;
- 4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.3. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
    - 5.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 5.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 5.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, qual seja 120 (cento e vinte) dias corridos o objeto com avarias ou defeitos;
  - 5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 5.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - 5.1.7. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento de amostras e dos materiais ora adquiridos, para verificação de conformidade e qualidade exigidas pela CONTRATANTE.
  - 5.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Projeto Básico.
  - 5.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **8. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.1.6. Não manter a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;



- 9.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 9.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a união com o consequente descredenciamento no sicafe pelo prazo de até cinco anos;
- 9.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;
- 9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 9.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 10. AVALIAÇÃO DE CUSTO

10.1. O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 458.760,00** (Quatrocentos e cinquenta e oito mil setecentos e sessenta reais) de acordo com cotação fornecida pela empresa:

Item	Descrição	Valores em cotação	Quantidade	Total
01	Sistema de visualização espectral LEEDS LSV2	R\$ 458.760,00	1	<b>R\$ 458.760,00</b>

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega definitiva do objeto, após o devido atesto da nota fiscal e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.
- 11.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.



11.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n.º 8.666/93.

11.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

11.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

11.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, serão calculados à 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

11.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

## **12. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO**

12.1. O presente projeto básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se em Anexo do Projeto Básico.

Brasília/DF, 31 de outubro de 2017.

**RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR**

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Responsável pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

**De acordo.**

**JURANDIR SEVERO DA SILVA**



PERITO CRIMINAL FEDERAL

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017

**JOSÉ JAIR WERMANN**

Diretor Técnico-Científico

PERITO CRIMINAL FEDERAL



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 31/10/2017, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JURANDIR SEVERO DA SILVA, Chefe de Divisão**, em 31/10/2017, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 01/11/2017, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4514147** e o código CRC **8154631C**.